



**Ata da Sessão Extraordinária da
Assembleia Municipal do Concelho
de Figueira de Castelo Rodrigo,
realizada no dia quinze de
novembro de dois mil e treze**

-----Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e treze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Otelinda Maria Maldonado Camelo Ferreira, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com a alínea b) do n.º 1, do artigo 30º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----O Senhor Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efetuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

---- - José Barreira dos Santos; -----

---- - José Maria do Alferes Matias; -----

---- - Jacinto José Padrão Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão; -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados José Barreira dos Santos e de José Maria do Alferes Matias, bem como de Jacinto José Padrão Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, por razões de saúde. -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " As minhas primeiras palavras é para me congratular com o novo mandato que vamos exercer. Esta é a primeira assembleia, embora extraordinária, mas é a primeira assembleia em que estamos todos reunidos para tratar de assuntos que julgámos importantes e por isso nos reunimos aqui, e portanto não deixa de ser a primeira assembleia deste mandato. É evidente que as palavras e os desejos que todos queremos para este mandato, é que estas assembleias sejam assembleias de luta política, pois nós não somos daqueles que não queremos luta

política, nós queremos luta política e as assembleias são isso, são espaços de debate e de luta política, e como nós sabemos e eu tenho dito isto muitas vezes, as armas políticas só é uma, é a palavra, é a linguagem que se quer elevada, mas que se quer de confrontação porque as ideias são diferentes e este espaço é que é o espaço de confrontação. Portanto desejamos que sejam assembleias vivas, assembleias de debate, assembleias preocupadas, porque apesar das divergências que possamos ter, muitas vezes aqui foi dito, e eu já ando aqui há mais dezasseis anos, muitas vezes aqui dissemos que os objetivos são os mesmos, pois nós queremos de facto que este concelho, que este interior tenha outro rumo e esses são os objetivos que temos, pois podemos ter ideias diferentes de lá chegarmos mas seguramente temos objetivos comuns que serão o maior denominador comum. Em segundo lugar eu quero dar as boas-vindas aos novos deputados, porque há muitos novos deputados, pois este ciclo, esta nova mudança trouxe novos deputados a esta assembleia municipal, se calhar pessoas que nunca andaram na vida política, e eu devo dizer também a estes novos deputados que são bem-vindos e que não tenham vergonha de dizer que são agentes políticos, ao contrário do que está na moda, parece que as pessoas tem medo de dizer que são agentes políticos, é bom ser agente político, porque o agente político luta por causas públicas, luta por interesses públicos e é isso que nos honra a nossa participação na causa cívica, e por isso não podemos ter medo de dizer que somos agentes políticos, que somos políticos, porque trabalhamos para a causa política, para a causa comum e é essa que nos enobrece e é esse o motivo que nos justifica que aqui estejamos. Por isso sejam bem-vindos a esta nova casa, a esta vossa casa, a esta luta política, a este espaço de debate político que é a Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. Posto isto, eu convoquei esta assembleia extraordinária porque havia uma situação urgente que foi criada, a qual se prende com a realização do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses para a semana, e era preciso eleger um elemento, um Presidente de Junta, e por isso achámos bem convocar esta assembleia para esse efeito, uma vez que não havia outra forma de eleger esse elemento, e aproveitámos já que estávamos aqui reunidos para colocar na ordem de trabalhos alguns assuntos que ficam já resolvidos, porque também tinham alguma urgência na sua resolução. As assembleias extraordinárias tem duas situações que diferem das ordinárias, a primeira que é que não existe o período antes da ordem do dia, embora nós não tendo este teor vamos dar posse ao membro eleito, José Orlando Sousa Mano, que não tomou posse na data de instalação, em que justificou a sua falta,

está justificada, nós recebemos e foi justificada e dizemos à assembleia isso, que foi justificada essa situação e por isso vai tomar posse, embora não seja um assunto antes da ordem do dia, porque não é um assunto é a tomada de posse, é empossar este elemento. Dizia eu que as assembleias extraordinárias tem duas situações diferentes das ordinárias, uma é que não existe o período antes da ordem do dia, e outra é que não há de facto a informação do Senhor Presidente da Câmara não tem que ser feita, diz o regimento e o diploma que nos rege, não tem que ser elaborada a informação sobre a situação financeira e das atividades do município, também ficam dispensados dessa atividade. Posto isto vamos então prosseguir.” -----

-----**A Período Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **- Tomada de posse do membro eleito José Orlando Sousa Mano.** -----

----- **- José Orlando Sousa Mano, Membro Eleito:** “Juro por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

----- **- Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ De seguida vou proceder à leitura da ata de instalação na Assembleia Municipal deste município do cidadão José Orlando Sousa Mano. -----

-----**Sessão da Assembleia Municipal realizada no dia quinze de Novembro**-----

-----**de dois mil e treze**-----

-----Aos quinze dias do mês novembro de dois mil treze, nesta Vila de Figueira de Castelo Rodrigo e no Auditório da Casa da Cultura de Figueira de Castelo Rodrigo, onde eu, **Feliciano Pereira Martins**, Presidente da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo me encontrava, compareceu, em conformidade com o disposto no número três do artigo quarenta e quatro da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, se procedeu à instalação na Assembleia Municipal deste Município, do cidadão: -----

----- **- José Orlando Sousa Mano**, eleito pelo partido PS, com 57 anos de idade, filho de Aníbal Augusto Mano e de Maria da Piedade Sousa, Assistente Operacional, natural de Castelo Melhor, concelho de Vila Nova de Foz Coa e residente na Rua Dr. Miguel Crespo, bloco 7, r/c Direito em Figueira de Castelo Rodrigo, portador do Cartão de Cidadão n.º 04195048, com validade até 03 de abril de 2014. -----

-----Eleito para este órgão do município, por sufrágio universal e direto, em ato realizado no dia 29 de setembro de 2013. -----

-----Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após este ter prestado o juramento legal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Feliciano Pereira Martins, declarou-o investido nas suas funções do que, para constar, se lavrou a seguinte ata que eu **Otelinda Maria Maldonado Camelo Ferreira**, Coordenadora Técnica, para o efeito designada, redigi e subscrevi e que vai ser assinada pelo presente." ----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Devo-vos dizer que nós estamos a ser regidos pelo Regimento que está ainda em vigor, sendo que na próxima assembleia apresentaremos um novo regimento, até tendo em conta as novas alterações que sofreu esta vida autárquica, e eu devo-vos confessar que às vezes uma coisa é a gente pensar que sabe outra coisa é sabermos, aliás a vida que nos envolve nós ouvimos muita gente, ouvimos muitas pessoas que pensam que sabem mas não sabem, e eu assumo que nesta matéria temos que saber, e neste sentido tenho alguma informação sobre os diplomas e a legislação autárquica, mas uma coisa era estarmos desse lado, outra agora é estar à frente da assembleia municipal, em que é preciso de facto saber todos estes diplomas que nos regem na vida autárquica, e de facto agora houve mudanças em dois mil e treze e temos que ter em conta essas mudanças, e por isso nós na próxima sessão da assembleia municipal ordinária apresentaremos o novo regimento, em que não vai deferir muito do que está, mas pelo menos em termos de substância, vai deferir em termos formais, pois há matérias que não vale a pena termos no regimento, porque não vale a pena termos um regimento muito denso, pois não vale a pena estar a repetir o que diz a legislação, vamos por um regimento daquilo que deve ser reger a assembleia é isso que interessa, nos aspetos que a lei ordinária não trata, mas estamos a ser regidos pelo atual regimento, e como eu vos disse, embora seja uma assembleia extraordinária não havia a necessidade de termos a informação sobre a atividade municipal por parte do Senhor Presidente da Câmara, no entanto já que estamos reunidos ninguém vai levar a mal que lhe demos a palavra no fundo por uma razão, pois nós estamos ainda nem no primeiro mês de atividade, ou seja, ainda está recente, ainda está jovem nestas suas atividades, e portanto é natural que todos tenhamos interesse pelo menos saber o que há, o que encontrou, o que existe, que perspectivas, que situação encontrou nesta câmara municipal, e pelo menos há aí dois ou três pontos em que penso que a assembleia municipal gostaria de ouvir a sua opinião, até para eventualmente decidirmos da ordem de trabalhos para a próxima assembleia ordinária, para ver se são temas ou não com interesse para a próxima ordem de trabalhos.”

-----**B Período da Ordem do Dia:**-----

-----**1. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituída com seguintes pontos:**-----

----- **Situação financeira e Contas Semestrais;**-----

----- **Doação do terreno à ULS;**-----

----- **Repartição/Serviço de Finanças no concelho - ponto de situação e mobilização das pessoas;**-----

----- **Distribuição de Pelouros;**-----

----- **Empresa Municipal - ponto da situação.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para falar destes temas.-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito boa-tarde Senhores Deputados, sejam bem-vindos. Aqui o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já teve a amabilidade de felicitar todos os presentes, pois certamente temos aqui várias caras novas, pessoas que estão interessadas em contribuir para a melhoria e desenvolvimento do concelho e das suas gentes, é para isso que cá estamos, é para isso que vamos trabalhar, e espero que durante este quadriénio as coisas decorram de facto da melhor forma e com algum confronto de ideias, porque penso que é isso que conta e que é fundamental, pois por vezes esta confrontação de ideias é essencial para se conseguir chegar aqui a consensos, por forma a que a gente consiga levar a bom porto determinadas situações que isoladamente não tem interesse, mas que se calhar em conjunto tem interesse para todos, isto é, para todo o concelho e para as suas gentes. -----

-----Relativamente à situação da proposta de doação do terreno da ULS, queria só dar conhecimento aqui de uma situação, que quando chegámos à câmara municipal, deparámo-nos com uma situação em que o anterior executivo não tinha efetivamente procedido à doação do terreno à ULS, situação que nós tentámos rapidamente suprir, isto para que não se inviabilizasse a construção do centro de saúde. Porém quando tínhamos a escritura marcada, a Senhora Conservadora telefonou-me a dizer que era impossível efetuarmos a escritura porque existia aqui uma situação, em que na ata em que houve a deliberação da cedência do terreno foi colocado disponibilização do terreno e não a

doação do terreno, e portanto na perspectiva dela não haveria a possibilidade de se realizar então a escritura pública. Tratámos logo de alterar essa situação, e levámos portanto algumas alterações inclusive à reunião de câmara, nomeadamente ou a saber para já que a câmara municipal faria a doação do terreno à ULS, mas salvaguardando aqui algumas situações, designadamente que ao imóvel doado deveria ser dado o destino da construção do Centro de Saúde, tal como a situação da reversibilidade do imóvel, ou seja, assegurar que caso não se viesse a verificar por qualquer impedimento ou motivo a construção, o terreno teria que reverter para o município, bem como se a construção não se iniciasse no prazo de doze meses. Esta proposta foi aceite, mas porém na passada segunda-feira deparei-me com outra situação que poderá aqui causar alguns constrangimentos relativamente à construção deste equipamento, isto porque existe uma intenção da não admissibilidade da candidatura por incumprimento de alguns critérios, tais como o da não existência de uma autorização prévia do Ministério da Saúde, em relação ao grau de maturidade da operação ou do projeto também não estava assegurada, assim como a demonstração do contributo da operação para cada um dos critérios da avaliação de mérito. Neste sentido, tive logo uma reunião de urgência com o Presidente da ULS Guarda para tentarmos aqui em articulação salvaguardar esta situação, e portanto estamos a diligenciar com todo o esforço e empenho para que a situação seja rapidamente ultrapassada. -----

----- No que respeita à Repartição e Serviço de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo, queria apenas dizer que a situação embora ainda não esteja formalmente concretizada, e ainda bem que não está, mas já diligenciámos no sentido de enviar um ofício à Ministra das Finanças para tentarmos agendar uma audiência o mais urgente possível, aliás até colocámos duas datas para que tal sucedesse, e para além disso apresentámos na última reunião da câmara municipal uma moção, no sentido de haver uma conjugação de esforços não apenas deste município, mas também para nos solidarizarmos com os outros municípios que igualmente estão em vias de perder o Serviço de Finanças, para tentarmos encetar esforços em conjunto para que haja maior massa crítica para se tentar impedir que haja ou que aconteça o encerramento do Serviço de Finanças. -----

----- Quanto à situação da Empresa Municipal, gostava de explicar que quando este executivo se instalou também tomou conhecimento de uma situação dramática na Empresa Municipal, a qual considerámos irregular, tanto mais que o nosso advogado Dr. António Pimentel assim me assegurou de que a situação era difícil, isto porque o anterior executivo

deixou passar todos os prazos legais para tomar as devidas diligências, tendo em conta que esta não cumpria com os requisitos que estavam definidos na lei. Como o anterior executivo não cumpriu com as suas obrigações viu-se obrigado a alterar os estatutos em finais de abril, tendo inclusivamente procedido ao lançamento de alguns concursos à pressa para resolver a situação. Perante estes factos diligenciámos já junto dos trabalhadores e efetuámos uma reunião para lhes dar conta da gravidade da situação no que respeita à Empresa Municipal, tendo inclusivamente a maior parte deles ficado surpreendido com a situação em que esta se encontrava. Assim, a Empresa Municipal existe, mas temos funcionários a trabalhar e que naturalmente precisam de receber o seu salário e que estão efetivamente a prestarem os seus serviços, mas quanto a nós e é aquilo que nos vai sendo transmitido numa situação irregular. O executivo já contactou a Dra. Maria Castanheira Neves da CCR-C (Comissão de Coordenação da Região Centro), para nos apoiar na resolução do problema com a maior urgência possível, porque eu e todo o executivo, e certamente todos nós aqui presentes temos interesse em resolver esta situação da melhor forma a qual foi criada desnecessariamente, isto porque se tivessem sido cumpridos todos os prazos e tivesse havido as diligências necessárias em tempo útil, provavelmente não teríamos chegado a este cenário. Portanto da nossa parte nós estamos a encetar todos os esforços para ver se conseguimos levar a bom porto esta situação, porque estamos a falar de muitos funcionários que trabalham nesta Empresa Municipal e que naturalmente temos que acautelar esta situação." -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu vou abrir um período de eventuais perguntas e de esclarecimentos, pois foram aqui descritos três temas que de facto nas próximas assembleias nos vão preocupar e que vão levar a que agendemos estas questões porque são demasiado importantes, o Centro de Saúde, a questão das Finanças e a Empresa Municipal. Aliás em relação à questão das Finanças, eu queria colocar à consideração da assembleia a sua inclusão na ordem de trabalhos, isto é, a questão que vamos incluir na ordem de trabalhos será o ponto 7 e o ponto 7 passará a ponto 8, em que o ponto 7 será precisamente a questão de Encerramento da Repartição de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo. Por isso se alguém se opuser a que acrescentemos este ponto, pois penso

que vale a pena decidirmos já, e vamos eventualmente apresentar uma moção nesse sentido, de pressionarmos para que esta situação não ocorra, a de encerramento, e como é uma situação que consideramos urgente e que vale a pena tratá-la e já que estamos aqui tratá-la. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes a sua inclusão e discussão na ordem de trabalhos, passando a ser o ponto 7 - Encerramento da Repartição de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo, e o ponto 7 passava a ponto 8. Eu então dedicava agora um período de eventual debate em função destas questões que o Senhor Presidente nos colocou, mais para nos informarmos uns aos outros e sedimentarmos a problemática que são estas questões como o Centro de Saúde, a Empresa Municipal e as Finanças que são três problemas gravíssimos que temos entre mãos, e se alguém quiser pedir algum esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, faça favor." -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Aqui na situação financeira e contas, gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse de uma vez por todas e o esclarecimento era o seguinte, que se é verdade ou mentira que a câmara municipal tem em caixa três vírgula quatro milhões de euros, isto porque o atual executivo diz que não existe esse dinheiro, quer dizer existe como um empréstimo e não está disponível para aquilo que as pessoas queiram fazer, mas mostram-me nas chamadas redes sociais que o anterior Presidente da Câmara Municipal e atual Vereador diz e afirma que a Câmara Municipal tem à disposição três vírgula quatro milhões de euros, e portanto de uma vez por todas e até para todos ficarmos esclarecidos, eu acho que era bom que dentro do possível é lógico que saíssemos daqui esclarecidos pelo menos em relação a este ponto. Quanto à Repartição de Finanças, como eu costumo dizer nem que seja necessário cortar a A25, acho que sim, pois penso que devemos agarrar em todos os meios que estejam ao nosso alcance para que a dita Repartição de Finanças não saia daqui, e já agora também lanço aqui um repto à oposição, que nós como oposição sempre estivemos ao lado de Figueira e dos figueirenses para votar contra mesmo o nosso partido quando alguma coisa prejudicava o concelho, e espero sinceramente e acredito que a oposição vai ter a mesma atitude. Em relação à Empresa Municipal, eu também sou da opinião do Senhor Presidente da Câmara, em que se devem enveredar todos os esforços para que esta não feche, porque já existe muito desemprego e dificuldades em Figueira de Castelo Rodrigo, e se realmente a Empresa Municipal encerrar e muita gente for para a rua isto vai-se tornar muito pior ainda." -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Vereador da Câmara Municipal:** “ Depois de cumprimentar todos os Deputados presentes, gostaria apenas em defesa da honra de dizer que não sei se deliberadamente ou se lapso de língua o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha sido feito um concurso à pressa sobre a prestação de serviços contratualizada à Empresa Municipal, ora não há e não houve no nosso executivo nunca qualquer concurso que não observasse o disposto na lei, e neste sentido se foi um lapso deve ficar reparado e se não foi deve dizer qual é a irregularidade que o concurso tem e proceder em conformidade.” -----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Em relação a esta questão, se o Município tem ou não tem os três vírgula quatro milhões de euros de disponibilidades, eu gostaria de facto de esclarecer aqui que isso é um assunto que tem vindo a ser sistematicamente invocado e que não corresponde inteiramente à verdade, na medida em que há aqui imprecisões que estão a ser transmitidas e que convinha clarificar de uma vez por todas, pois o que o Município tem de facto é em empréstimos ou em depósitos de curto - prazo tem ali novecentos e trinta mil euros, ou tinha a onze de novembro, de empréstimos de curto-prazo duzentos e cinquenta e um mil euros e depois temos nos empréstimos de longo-prazo dois milhões e trezentos mil euros, e portanto há que referenciar que este valor nomeadamente nos empréstimos de longo-prazo mais não são do que receita consignada, ou seja, são destinadas a determinadas obras específicas que estão elencadas, e que não podem ser utilizados para outras obras ou para outra finalidade que não aquela para o qual está definida, e para se fazer a aplicação noutras obras eventuais teria que se pedir previamente ao Tribunal de Contas autorização para que tal sucedesse. Portanto é esta a situação, ou seja, nós não conseguimos pagar a fornecedores com esse dinheiro, e nós temos muitas dívidas a fornecedores mas não conseguimos utilizá-lo para pagar essas dívidas a esses fornecedores, porque esse valor que está a ser referenciado é destinado a obra específica.” -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “ Então quer dizer que isto não passa de um empréstimo?” -----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Exatamente, pois isto está relacionado com um empréstimo que foi efetuado em dois mil e dez no valor de quatro vírgula seis milhões de euros, em que agora parte dele já foi naturalmente utilizado para pagar obra e o remanescente está a aguardar para se fazer os pagamentos do resto

das obras que estão em curso. Relativamente à questão dos concursos com a Empresa Municipal, não fui eu que efetivamente que disse que havia aí irregularidades no concurso, pois eu na minha intervenção tanto quanto sei não referenciei que existiam desconformidades no concurso, agora que é natural que o anterior executivo não cumpria com os prazos isso não tenho dúvidas, pois o prazo era vinte e oito de fevereiro quando estes concursos foram realizados no mês de abril, e portanto eu gostaria já agora de perguntar porque é que não foram feitos em tempo útil para minimizar os danos que agora nos estamos a confrontar e que estamos a por em causa aqui setenta e oito postos de trabalho." -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Está dada a resposta e penso que a honra do Senhor Vereador foi assegurada, pois o Senhor Presidente não disse isso diz ele e nós também não vamos ajuizar isso, mas existe aqui uma questão técnica que penso que é fácil de ver, se os prazos foram ou não respeitados, e isso é uma questão objetiva e é fácil de ver se foram ou não, e não é uma questão de honra aqui para nós analisarmos, pois o Senhor Presidente não disse nada que pudesse ofender a honra do Senhor Vereador e penso que toda essa situação esteja reposta devidamente.” -----

-----**2. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 5 - PCM / Mandato 2013-2017, Imposto Municipal sobre Imóveis** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Eu dava a palavra ao Senhor Presidente para dizer o que se passou na reunião de câmara.” -----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Isto foi uma proposta que foi apresentada na última reunião de câmara, e que visava efetivamente manter nos valores mínimos as taxas legais sobre os imóveis, porque tal como o anterior executivo e bem nós também entendemos que nestes concelhos do interior que já tem diversas vicissitudes, problemas e muitas dificuldades devemos também tentar e é nossa obrigação fazê-lo minimizar alguns encargos para as pessoas residentes, e nessa ordem de ideias fizemos a apresentação e a manutenção neste caso das taxas nos mínimos legais, isto sobre os imóveis.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Este assunto não é novidade para esta assembleia, talvez para os deputados que pela primeira vez aqui participam seja novidade, mas felizmente isto tem sido uma continuidade e bem, pois aqui a discriminação positiva em termos tributários tem sido um ponto de honra deste concelho através dos seus órgãos executivos e que a assembleia municipal tem apoiado, pois nós

mantemo-nos nos mínimos que a lei nos permite e seria bom que esta discriminação positiva nos trouxesse mais-valias, mais é isso que temos que fazer, vamos continuar, pois as boas medidas são para continuar e vou então colocar à discussão.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** “ Queria antes de mais cumprimentar os colegas que não tive oportunidade de o fazer há pouco. Queria louvar a proposta que foi apresentada aqui, no seguimento dos pacotes que tem vindo a ser implementados pelo município nos últimos anos, um valor acrescentado para toda a região ter em Figueira de Castelo Rodrigo um conjunto de medidas coerentes e coesas que visem facilitar a vida às pessoas, que apostem na empregabilidade, na inovação e fixação das pessoas. Nesse sentido, não podíamos deixar de apoiar e louvar o facto de continuarmos aqui a aplicar as taxas mínimas do IML que vão ser alteradas para o ano, uma vez que vai desaparecer uma das rubricas que está consignada nessa proposta, pois já não vai haver prédios avaliados anteriormente à nova avaliação dos bens imóveis. Por outro lado queria ressaltar a nossa disponibilidade para aprovar sempre todas as propostas que vão no sentido de aumentar a atractabilidade destes territórios, nomeadamente em tudo o que possa facilitar a vida às pessoas. Nesse sentido, a bancada do Partido Social-Democrata vai apoiar e aprovar a proposta aqui apresentada. Muito obrigado. “ -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.”--

-----**3. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 8 - PCM / Mandato 2013-2017, Suspensão do Regulamento Municipal de “Incentivo ao Repovoamento Agrário”.** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Senhor Presidente uma explicação se fizer o favor. -----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Sabemos que tem havido aí algum sleuma relativamente a esta questão relacionada com a suspensão do Regulamento Municipal de Incentivo ao Repovoamento Agrário. Também aqui, e eu insistia que lessem a proposta, porque aí penso que nós fomos claros quando dissemos que era necessário reavaliar a continuidade, no sentido de se estudar os benefícios e ou a eventualidade de se proceder a alguns ajustamentos no que respeita a estes incentivos. Isto também vem na sequência da situação financeira do município, pois já tive a oportunidade de referenciar que quando tomámos posse a situação financeira não era

de facto a melhor, e deparámo-nos aqui com alguns constrangimentos e que começámos a equacionar rapidamente a possibilidade de nós conseguirmos pagar todas as nossas dívidas, isto porque o município é pessoa de bem e portanto nós temos todo o interesse em pagar as nossas dívidas mas naturalmente não podemos ultrapassar a lei, e como sabem está em vigor a Lei dos Compromissos, e isto certamente também traz algumas restrições ao município. É importante dizer que entraram desde janeiro de dois mil e treze cento e cinquenta e seis candidaturas a esta medida de incentivo ao repovoamento agrário, e que estão distribuídas da seguinte forma, apoios à inovação e ao empreendedorismo e à empregabilidade oitenta e seis processos, incentivos à plantação de amendoeiras, castanheiros, figueiras e árvores autóctones vinte e três processos, apoio à recuperação de pombais, ninhos, abrigos agrícolas, entradas e vedações vinte e nove processos, incentivo à maternidade e fixação de jovens casais dezoito processos, isto num total de cento e cinquenta e seis processos e, o valor destes processos ascende a quase cento e sessenta mil euros. Ora naturalmente que não se compreende que são projetos que estão na câmara municipal desde janeiro e não compreendemos porque é que se havia as tais disponibilidades dos três vírgula quatro milhões de euros estas candidaturas não foram analisadas e pagas, e isto é uma das questões que deixo aqui em aberto, e há que acrescentar aqui que provavelmente como não havia dinheiro disponível ou eventualmente esbarravam aqui com a tal questão da Lei dos Compromissos. Neste sentido, esta suspensão prende-se simplesmente porque primeiro há que preparar a situação financeira do município para que se consiga fazer a análise e o pagamento destes apoios que estão em atraso, ou seja, as candidaturas entradas vão ser pagas, para depois se reequacionar todos estes apoios e ajustarmos as coisas a uma realidade diferente e de acordo com aquilo que é a intenção deste novo executivo, implementar para que consigamos ajudar se calhar setores que para nós são de primordial importância nomeadamente a agricultura, e não menosprezando naturalmente outros setores mas para nós o setor agrícola é primordial, e portanto é nessa ordem de ideias que decidimos pela suspensão, e que agora vamos reequacionar e implementar novo regulamento com outros incentivos e noutros moldes.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos abrir um debate sobre esta matéria que já percebemos que é um assunto polémico, até porque os Senhores Vereadores do PSD fizeram chegar à

Assembleia Municipal a sua tomada de posição, percebemos que a situação é polémica e ainda bem, por isso vamos lá polemizar então, vamos lá a polémica. Quem é que quer a palavra?" -----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**

Municipal: “ Muito boa tarde a todos. A intervenção deixou um pouco de ter alguma razão, pelo simples facto das informações que o Senhor Presidente acabou por prestar, contudo é uma posição assumida pela bancada do Partido Socialista, porque sendo confrontados com a resolução de suspensão do Regulamento «Incentivo ao Repovoamento Agrário», aprovado há pouco mais de um ano, ficaram apreensivos sobre quais as razões para que o executivo municipal tivesse tomado tal iniciativa. -----

-----Razões que gostaríamos de ver aqui claramente explicitadas, para que os eleitos e restantes munícipes, em particular os beneficiários e/ou potenciais beneficiários daquele Regulamento e das medidas nele contempladas. -----

-----Tal explicitação é urgente que se faça, por se entender este como o local apropriado e privilegiado, e não apenas as redes sociais, como é uso, em muitas matérias e assuntos, e hábito de alguns intervenientes locais - com responsabilidades acrescidas em muitas dessas matérias e assuntos. -----

-----Os senhores vereadores do PSD, ex-membros do executivo social-democrata que precedeu esta Câmara, apresentaram declaração de voto contra a suspensão da aplicação do dito Regulamento. É um assunto com o qual discordam, naturalmente, e bem, apresentaram as razões do seu voto. -----

-----Contudo, o senhor vereador do PSD, Dr. António Edmundo, ex-presidente da Câmara, além das razões aduzidas na declaração de voto apresentada na reunião de 08 de novembro, acrescenta que: “a Câmara poderia socorrer-se dos 3,4 milhões de euros disponíveis, referidos na informação financeira facultada”, que, segundo essa informação escrita são relativos a depósitos, a saber: **curto prazo** +930 mil euros; **curto prazo p/investimentos** +251 mil euros e **longo prazo p/investimentos** 2,3 milhões de euros, naturalmente e no entender de um leigo em matéria financeira, não poderão ser usados sem que seja para os fins para que estão destinados; -----

-----Ora, o senhor vereador do PSD, Dr. António Edmundo, sabe que esse montante, resultante de um empréstimo de 4,6 milhões de euros contraído em 2010 (visto do Tribunal de Contas de 8JUL2010, tinha – tem - como finalidade determinados investimentos/obras e

que o mesmo não pode ser usado com outro fim senão o claramente contratualizado, sendo que para que tal aconteça seja necessário proceder à alteração do clausulado com a instituição bancária onde foi contraído o empréstimo, se a mesma o aceitar fazer e, muito provavelmente, carecerá de visto do Tribunal de Contas; -----

-----Consta que o executivo municipal se deparou com um sem número de candidaturas às medidas do «Incentivo ao Repovoamento Agrário», algumas apreciadas e outras por apreciar, que importariam num montante elevado e para as quais não haveria cabimento orçamental. Ora, como bem sabe, ou devia saber, o senhor vereador do PSD, a conhecida lei dos compromissos impede os pagamentos de quaisquer importâncias sem que as mesmas tenham cobertura financeira. -----

-----Atendendo a que as candidaturas foram apresentadas todas ainda no mandato do anterior executivo social-democrata, pergunta-se: -----

-----Porque não foram pagas / liquidadas as candidaturas? Por não terem cabimento? Por incúria? Por falta de verbas? – Se a razão for esta última por que razão não se socorreu o ex-presidente, atual vereador do PSD, dos 3,4 milhões de euros em depósito? Ou então, não havendo verba suficiente para liquidar as candidaturas resolveu não incluir uma alínea com essa finalidade – libertação de verba para o «Incentivo ao Repovoamento Agrário» - por ocasião da apresentação da proposta n.º **94-PCM/2013**, sob o título de "**Alteração do artigo primeiro do contrato de empréstimo**" presente à reunião de câmara municipal de 11jun2013, aprovada em minuta? -----

-----Quer-nos parecer que, das duas uma, ou houve incúria na apreciação dos processos de candidatura, sofrendo atrasos significativos e a anterior câmara não os pode regularizar em tempo útil, entenda-se, durante o seu mandato; ou houve muitas candidaturas e a anterior câmara não cabimentou as verbas necessárias e suficientes para fazer face aos valores envolvidos. -----

-----Certamente que o atual executivo municipal entendeu propor e votar a suspensão do Regulamento por razões que, cremos, são de força maior, [quando, se as razões não fossem efetivamente suficientes e urgentes, poderia aguardar pelo fim do dito Programa – biénio 2012-2013, logo, dezembro de 2013 - como consta no art.º 28º do regulamento: «*O presente Regulamento terá a sua aplicação temporal durante o biénio de 2012/2013, entrando em vigor no dia útil imediato ao da publicação do respetivo edital nos lugares públicos do costume.*»], motivos que aqui gostaríamos de ver explanadas, como certamente vão ser. -----

-----Gostaríamos de saber quantas candidaturas apresentadas desde a vigência do Regulamento, ou seja, desde junho de 2012, ou, pelo menos, as apresentadas desde janeiro de 2013, por medida/incentivo; quantas decididas e montantes envolvidos; quantas apresentadas e não contempladas; quantas pendentes – decididas e não liquidadas e não apreciadas - e valores envolvidos e, ainda, quais os montantes inscritos no orçamento de 2013 e os valores disponíveis para esta finalidade. Obrigado. -----

----- **António Manuel Saraiva Gonçalves, Deputado Municipal:** “ Boa tarde. Ex. mos Senhores. -----

-----Foi aprovado em Proposta n.º 8-PCM/MANDATO2013-2017, pelos vereadores do Partido Socialista, a suspensão do Regulamento Municipal de “incentivo ao Repovoamento Agrário”, com fundamento na necessidade de “*reavaliar a continuidade, no sentido de se estudar os seus benefícios e/ou a eventualidade de se proceder a reajustamentos*”. -----

-----É com apreensão que assistimos a esta proposta de desmantelamento de um programa ambicioso, parte integrante de um conjunto alargado de incentivos que distinguia o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, como um local único para viver e investir. -----

-----É com maior apreensão que assistimos, num momento no qual estamos prestes atingir o *terminus* da vigência dos apoios nesse Regulamento elencados (que se efetiva no próximo dia 31 de dezembro), que a única preocupação do Executivo Municipal seja o de suspender e não encontrar uma forma de permitir que esses apoios continuem a vigorar para o futuro. -----

-----O Município de Figueira de Castelo Rodrigo dará hoje, um claro sinal negativo à sua economia e às suas gentes! “*Aqui não se apoia o investimento muito menos a fixação de novas gentes!*” -----

-----Figueira de Castelo Rodrigo necessita verdadeiramente de um Plano Marshall, necessita de um Município pró-ativo, parceiro, capaz e empreendedor. Figueira de Castelo Rodrigo não merece ser suspenso no tempo! -----

-----Pede-se bem senso, pede-se que se pense verdadeiramente nas repercussões deste gesto, ao qual acresce o facto de que este só produzirá efeitos após a sua publicação em *Diário da República*, publicação essa sempre demorada, poderá fazer com que juridicamente esta deliberação tenha um efeito nulo, mas politicamente não terá, será o virar de uma página negra, deixando de apoiar quem aqui cria valor, quem aqui cria família, quem aqui se decide fixar. -----

-----Perguntamos, por exemplo, qual o sinal que é pretendido passar, quando se deixa de apoiar a natalidade num Concelho onde nascem, hoje, mais do dobro das crianças proporcionalmente comparados com os nossos concelhos vizinhos de Almeida, Pinhel e Vila Nova de Foz Coa, o dobro da média de toda a Beira Interior Norte. -----

-----Esses indicadores não poderão ser escamoteados, foram alcançados com este programa que hoje se tenciona desmantelar. -----

-----Poderíamos falar de tantos outros indicadores, muitas vezes referidos nesta Assembleia, são indicadores que têm um custo social para o Município, por certo, mas sem esse investimento público que temos de estar preparados para pagar, mais vale desistir e fechar as portas de uma vez por todas! -----

-----Não poderíamos ser mais contra, por tudo o que fica agora expresso. -----

-----Esta é uma declaração de voto do Partido Social Democrata que vai votar contra esta proposta. -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Vereador da Câmara Municipal:** " Eu ia a falar em defesa da honra porque o Senhor Deputado disse que havia incúria na minha atuação, pois não posso ser acusado de incúria e toda a gente ouve e por isso tenho que explicar que tal não sucedeu, pois nós no último mandato e como certamente acontecerá neste e noutros futuros, havemos sempre de viver ao sabor das leis imperativas que vão sendo publicadas, e houve Orçamento de Estado, Lei das Finanças Locais, Leis retificativas, e portanto nós ajustámos a nossa atividade sempre perante esse imperativo legal, das leis que foram sendo publicadas num país que está resgatado como nós sabemos. E verdadeiramente o município pediu um empréstimo de quatro milhões e seiscentos mil euros quando já não se ia poder endividar mais no futuro, e usámos essa verba nas obras que a assembleia municipal aprovou, como depois houve fundos comunitários que foram recebidos para essas obras, e como não podia haver duplo financiamento sobrou dinheiro do empréstimo verdadeiramente, que colocámos a prazo ou teríamos que devolver-lo fruto desse empréstimo, mas como estávamos a fazer amortizações à ordem de quatrocentos mil euros ano nós achámos por bem ficarmos preparados com esse dinheiro, já que o município não se ia poder financiar novamente para novas obras comunitárias, e mandámos para o Tribunal de Contas pedido de autorização para incluir novas obras, mas o dinheiro existe e está depositado e ou o município amortiza a sua dívida de longo-prazo, ou aplica se o Tribunal de Contas der autorização nas obras que vierem a ser novamente escolhidas por

este executivo, que tem toda a legitimidade para o fazer. Agora não houve incúria da nossa parte em não pagar estes cento e setenta mil euros, há algum atraso processual pois pagaram-se as de dois mil e doze, mas no dia de hoje chegaram mais seiscentos mil euros à câmara municipal, e portanto em boa verdade já não temos três milhões e quatrocentos mas já temos quatro milhões de euros de disponíveis, uns à ordem outros a prazo, mas nem sempre como disse e bem o Senhor Presidente da Câmara, são fundos dos quais podemos dispor desde já para pagar, pois às vezes temos o dinheiro mas nem sempre temos as rubricas devidamente cabimentadas para podermos pagar, logo não houve incúria do executivo anterior, pois foi também um ano de eleições e a partir do de agosto praticamente não houve pagamentos nem deveria haver para não infligir o processo eleitoral, e portanto pagaram-se por ordem de entrada os do ano de dois mil e doze, e neste momento o que se deve são cento e setenta mil euros e só o dinheiro que entrou hoje são três vezes o que se deve, e neste sentido não houve nenhuma incúria do nosso tratamento nesta questão, e o dinheiro existe efetivamente depositado no banco, à ordem e disponível na tesouraria da câmara municipal. Muito obrigado." -----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** " Eu não estou a acusar o anterior executivo, o que eu disse foi que atendendo a que as candidaturas foram apresentadas todas ainda no mandato do anterior executivo social-democrata, pergunta-se: Porque não foram pagas/liquidadas as candidaturas? Por não terem cabimento? Por incúria? Não estou a acusar ninguém, Senhor ex- Presidente da Câmara Municipal." -----

----- **Maria João Almeida André, Deputada Municipal:** " Boa tarde a todos. Eu queria primeiro que tudo felicitar o Senhor Presidente da Câmara, porque enquanto Vereadora no anterior executivo fizemos a questão numa reunião de câmara, de quantas candidaturas é que entraram em relação ao atual incentivo e ainda hoje estamos à espera, questionámos quantas estavam por pagar, se existiam candidaturas do programa anterior a este por pagar, isto porque tínhamos uma listagem de alguns pagamentos efetuados e questionámos se eram já todos deste incentivo ou se eram do anterior, onde nos disseram que achavam que também eram do anterior, e por isso a minha questão é ainda haverá candidaturas do incentivo anterior a este por pagar? Fiquei mais esclarecida neste momento do que é que entrou este ano, porque na altura até hoje ainda não nos fizeram chegar a tal listagem das candidaturas que entraram, quem é que eram estas

peças, quem é que ainda não tinha recebido o seu devido pagamento e a quem é que já tinha sido feito. Obrigado pelo esclarecimento." -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " De uma vez por todas o que eu entendo do empréstimo Senhor Vereador é o seguinte, eu hoje morro deixei uma dívida no banco para os meus filhos de cem ou cinquenta mil euros eles tem que a pagar tal como os juros, penso eu que seja assim senão expliquem-me um bocadinho melhor que ainda não consegui perceber bem este dinheiro. Portanto, a câmara municipal esteja lá o dinheiro ou não vai ter que pagar esse dinheiro e os juros, pelo menos é esse o meu entendimento não sei se estarei a falar corretamente ou não, pois se não for assim que me digam de outra maneira. Em relação à suspensão dos incentivos, nós a bancada do Partido Socialista votou favoravelmente como votou todas as propostas para bem de Figueira de Castelo Rodrigo e dos figueirenses, pois nunca votou contra nenhuma que não fosse para ajudar os naturais. Agora compreendo a apreensão do executivo, pois chega e não há dinheiro e deparam-se com uma remessa de candidaturas para pagar e ficam receosos de não conseguirem pagar, e portanto tem de arranjar dinheiro nalgum lado, eu entendo, mas eu digo e continuo a dizer que hoje quero sair daqui esclarecido, porque esta situação é complicada uma vez que o anterior executivo dizia que havia dinheiro e agora não há dinheiro, e por isso as situações tem de ser esclarecidas e é por esse motivo que aqui estamos para nos esclarecermos uns aos outros, e eu gosto que me esclareçam e de sair sem dúvidas. Quanto aos incentivos, o que este executivo está a propor é pura e simplesmente uma suspensão até avaliar a situação e ver como é que vai resolver o problema, penso eu que seja essa a ideia deste executivo não é para acabar, agora é normal e tem todo o direito para isso, pois foram eleitos democraticamente, que assim que acabem estes incentivos preparem outro tipo de estímulos, porque até podem entender que existem outras prioridades e necessidades, e porque é que não têm todo o direito de prepararem um outro incentivo que possa ajudar mais o concelho e as suas gentes, penso eu que tem todo direito de o fazer e para isso foram eleitos, e daqui a quatro anos se não o fizerem ou se o fizerem mal provavelmente acontecerá o mesmo que aconteceu ao anterior executivo, pois a vida é assim e é assim que temos que trabalhar e que resolver. Portanto, quanto à bancada do Partido Socialista não há dúvidas até porque o Deputado Henrique Silva já disse qual era a nossa posição, e neste sentido vamos votar favoravelmente, mas atenção a suspensão dos incentivos, que fique claro para não haver dúvidas." -----

----- **Carlos Manuel Gonçalves de Almeida, Deputado Municipal:** “ Ora, muito boas tardes. Eu vou dizer aos Senhores Deputados do PSD que de facto estão de parabéns fizeram o trabalho de casa, trouxeram um escritinho e muito bem, mas sinceramente para mim foi uma absoluta perda de tempo, depois de terem ouvido os esclarecimentos que o Senhor Presidente da Câmara deu, ou não estavam com atenção ou então foi uma perda de tempo, uma vez que já foi dito que é para suspender enquanto não fosse reavaliada a situação financeira da câmara municipal, depois em princípio será até possivelmente melhorado, e portanto ou não estiveram com atenção ou então não entendo, mas de qualquer forma os meus parabéns, porque enfim denota que fizeram o trabalho de casa.”

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** “ Peço muita desculpa, mas fui impelido a responder. Perda de tempo penso que não haja nenhuma, pois este regulamento tinha a sua vigência e o seu término a trinta e um de dezembro próximo. Ao suspendermos hoje esta deliberação, terá que ser publicada em Diário da República para surtir efeitos, e portanto mesmo que seja publicado hoje, respeitavelmente dentro de três, quatro semanas não será publicada em Diário da República, e portanto no final de dezembro penso que este regulamento fique suspenso. Este regulamento acabaria a sua vigência a trinta e um de dezembro, portanto falar em suspensão hoje aqui para mim não faz sentido, podíamos falar numa revogação que seria o correto, porque suspender será algo que voltará a entrar em vigor, e este regulamento não poderá voltar a entrar em vigor porque termina no final deste ano, e não há tempo para voltar a entrar em vigor. O que se deveria fazer aqui hoje e assim sendo, seria apresentar um novo regulamento que vigoraria a partir de um de janeiro, que refletisse profundamente a nova direção que este município deverá tomar para futuro, e aí sim eu compreenderia que este regulamento pudesse encerrar a sua vigência normalmente, porque a mim causa-me algum espanto que alguém que por exemplo que vai ter um filho no final de dezembro não possa ser apoiado em Figueira, ou alguém que compre uma alfaia agrícola não possa ser apoiado só porque a comprou na última semana de dezembro ou na primeira de janeiro, por não haver um quadro regulamentar que suceda a este. Portanto para mim este tipo de discussão não é uma perda de tempo e faz parte do apelo que foi aqui feito no início, que será de discutir com seriedade e profundidade os problemas deste concelho, e nada mais do que isso foi feito aqui. Muito obrigado.” -----

----- **Carlos Manuel Gonçalves de Almeida, Deputado Municipal:** “ De facto se consideram que houve uma perda de tempo, então não compreendo porque é que há processos pendentes desde o início de janeiro de 2013, isso sim é uma perda de tempo.” -----

----- **José Maria Quadrado Tondela, Deputado Municipal:** “ Boa tarde a todos. Parece que vamos ter aqui um mandato com muita falta de honra, mas pronto vamos ultrapassar essa fase. Eu vou só dizer que por aquilo que percebi da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que haviam cento e cinquenta e seis candidaturas para serem ainda decididas, e então se é assim eu entendi também que o Senhor Presidente da Câmara assumiu o compromisso de as pagar, e a suspensão será depois de agora, desta data, ou seja, todos os pedidos que entrarem agora é que estarão suspensos, será assim ou eu percebi mal?” -----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Freguesia de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** “ Em primeiro lugar boa tarde a todos. Quero aproveitar esta ocasião para desejar aos meus colegas autarcas das freguesias que façam um bom mandato e eu estou disponível dentro do possível para ajudar a todos dentro daquilo que eu sei, quer sendo de uma bancada quer de outra. O que eu queria perguntar era muito claramente porque eu também tenho sido confrontado com estas situações dos incentivos, era qual foi a razão principal para se cortarem ou suspenderem estes incentivos. Em segundo lugar, se há ou não futuramente uma decisão para se fazerem novos incentivos, para nós podermos dizer às pessoas nas nossas freguesias concretamente o que se está a passar, porque realmente anda tanta gente a falar nisto e de uma forma geral cada pessoa anda a dizer sua coisa. Neste sentido, eu acho que era muito importante que ficasse aqui devidamente esclarecido os motivos principais porque nós suspendemos, e futuramente iremos fazer isto para que possamos continuar a apoiar dentro destes parâmetros ou dentro de outros parâmetros mais ou menos apropriados. Era isto que eu queria dizer, que era para transmitir às pessoas lá da minha freguesia, porque realmente tenho sido bastantes vezes confrontado com isto.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Mais intervenções? Senhor Presidente para esclarecer.” -----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Eu penso que fui suficientemente claro relativamente à questão do pagamento das candidaturas que tinham entrado até aqui, eu fui claro mas volto a repetir para quem provavelmente não esteve com atenção, eu vou pagar aqueles valores das cento e cinquenta e seis candidaturas, pois não

disse em lado nenhum nem na reunião de câmara que não ia pagar as candidaturas, aquilo que está ali escrito é bem claro e para bom entendedor meia palavra basta, e portanto em relação a isso estamos esclarecidos. Já agora em relação ao Senhor Deputado Luís Pereira, quem é que lhe garante a si que este executivo não está já a trabalhar num novo regulamento? E quando vem a dizer que temos que falar dos assuntos com seriedade, com base em quê é que o Senhor está a por em causa a nossa seriedade, só gostaria que esclarecesse isso, porque de facto estava a dizer que temos que tratar os assuntos com seriedade, aliás eu vou esclarecer ainda mais, estas cento e cinquenta e seis candidaturas nem sequer estão cabimentadas, e portanto se não estão cabimentadas quer dizer que digamos o dinheiro ainda não está cativo para se poder pagar, sendo mais um acréscimo de valor, de dívida que vamos ter que cabimentar e que se calhar não temos disponibilidades financeiras para pagar. Ficou tudo esclarecido?" -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Antes de colocar à votação esta questão, queria que refletissem comigo o seguinte, nós na nossa vida política que já vai longa, habituámo-nos a que cada vez que há mudanças de ciclo político no governo por exemplo, a tentação que há de cada governo que chega rasgar eu não digo suspender, aquilo que os outros governos anteriores estavam a fazer e algumas deste rasgar tem a ver com matérias importantes, pois eu podia estar aqui a tarde toda a dizer o que este governo rasgou em relação aquilo que o anterior governo deixou, basta por exemplo falar no Simplex, e podia estar aqui a tarde toda a falar num conjunto de questões que os governos que chegam, o ciclo que chega rasga em relação ao ciclo anterior, não é bom e eu nunca defendi isto, eu não sou dos que defendo esta mudança radical, estas roturas, porque quer queiramos quer não os cidadãos não tem culpa, e aquilo que é bem feito deve continuar apesar de serem outros a fazer, sempre defendemos isso, e portanto deixem que vos diga, sendo esta a minha postura, de dizer seja no governo, seja nos ciclos autárquicos aquilo que está bem feito deve continuar, não há razão nenhuma para que assim não seja, mas deixem-me que vos diga que me surpreendeu esta reação do Partido Social Democrata em relação a esta questão de suspensão, e eu interroguei-me o que é que terá levado os nossos colegas deputados, o nosso grupo parlamentar do PSD a tomar esta reação a partir logo dos Vereadores, e porque eu comecei a pensar que este elenco governativo autárquico nem um mês tem, então não têm toda a legitimidade de traçar um plano de trabalhos, não têm toda a

legitimidade de fazer avaliações, não têm toda a legitimidade de implementar o seu programa, é um mês, e num mês eu faço ideia a situação que tem de ser analisada até terem tempo para passar para serem pró-ativos, é que este mês se calhar são reativos andam a ver as coisas que estão, o que têm, há dinheiro não há dinheiro, pois vejam bem a questão dos três milhões de euros, e eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara que na próxima assembleia trouxesse um dossiê bem elaborado sobre esta questão para não termos dúvidas, e depois essa é aquilo que vai constar, é o que o Senhor Presidente trazer e vai ser discutido aqui com certeza, mas isso vai ser um esclarecimento público que tem de ser dado. Então eu pensei, o que é que terá levado então o Partido Social Democrata a ter esta atitude tão intensa, será uma questão técnica? Ali o Senhor Deputado Luís Pereira deu a entender que há aqui uma questão técnica, pois se este regulamento tem um prazo de vigência em dezembro, há uma questão técnica de Diário da República, mas é que não é uma questão técnica, pois se fosse essa estávamos todos aqui se calhar de acordo mas a questão é política, mas o que terá levado passado um mês a reagir desta maneira. Eu devo dizer-vos meus queridos amigos e Senhores Deputados é um mês, e eu penso que ainda há aqui qualquer coisa ainda de digestão das derrotas, porque um mês ainda não passou muito tempo ainda estamos a digerir derrotas, e há aqui se calhar alguma terapia, pois eu penso que esta reação sobre isto tem a ver com terapias de derrotas, porque é pouco tempo e eu seria incapaz de passado um mês estar a tomar de uma forma violenta, porque isto é uma postura politicamente violenta e eu não era capaz de o fazer, e vocês sabem que eu sou um lutador político mas não era capaz de o fazer, mais estamos a falar de suspensão não estamos a falar de uma mudança e que seja, eles foram eleitos na base de um programa, este ciclo tem um programa para implementar, por acaso e foi por isso que ganharam com certeza há aqui questões que se calhar podem ser mantidas, há incentivos com certeza que irão ser mantidos mas dentro de um contexto, pois eu ficava preocupado se porventura o Senhor Presidente e a Câmara Municipal nas sua proposta de suspensão dissessem que a culpa era da troika, mas parece que aqui a troika talvez ainda não se lembrasse de ler este regulamento de incentivos, mas se isso sucedesse se calhar também proibia-nos de o fazer, mas enfim vamos admitir que não o leu, mas este executivo tem toda a legitimidade de fazer isto, pois estamos a falar de dinheiros públicos, e este executivo quando chega a primeira coisa que tem a fazer é avaliar a situação financeira do município com certeza, de que é que me interessa a mim dizer que tenho milhões se não os posso disponibilizar, o que é que

me interessa a mim dizer que tenho muitos incentivos e não ter dinheiro para pagar, isso não vale a pena é ilusão política, e facto este executivo não quer fazer ilusão política e tem toda a legitimidade de fazer esta situação, e volto a dizer que esta reacção violenta para mim tem a ver com uma questão, suspender para avaliar, atitude normalíssima em mudança de ciclos em qualquer atividade, e se nós temos um programa vamos ver se estas medidas se encaixam neste programa na base do qual fomos eleitos, é isso que tem de ser feito, pois a mudança de ciclos políticos é isto, e portanto daí eu ver esta reacção política um bocado desproporcionadas no tempo, pois passou um mês desde a vitória eleitoral e deveria ter sido feito um período de nojo faria sentido, descabida no conteúdo, descabida de sentido, e por isso a nossa proposta é que de facto votar a suspensão neste contexto, pois há um novo ciclo, há uma nova avaliação, há um novo programa para implementar e veremos quando o executivo trazer as novas propostas, cá estaremos para as debater com toda a lealdade e o nosso impulso político. Posto isto, vou colocar a proposta a votação. Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Maria da Conceição Laviados Aguilár, Luís Ricardo Beato Pereira, António Manuel Saraiva Gonçalves, Bruno Miguel Aguilár Silva e dos Senhores Acácio Augusto Morais, Presidente da Freguesia de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Nuno Miguel Marques Guerra, Presidente da Freguesia de Cinco Vilas e Reigada e de Carlos Alberto Cunha Teixeira, Presidente da Freguesia de Colmeal e Vilar Torpim." -----

-----4. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 01/AMFCR /2013-2017, Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia na Associação Nacional de Municípios Portugueses - (ANMP). -----

----- Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: " Nós vamos apresentar uma proposta relativamente a este ponto que estamos a distribuir a cada membro desta assembleia. Como sabem vai-se realizar para a semana o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses para eleger os corpos gerentes se assim se pode chamar, e nós propomos como representante dos Presidentes de Junta o Senhor Pedro Manuel Morgado Darei, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo e como suplente José Carlos Mendes Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, e é esta a nossa proposta, se alguém se quiser pronunciar. Colocada à votação está aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes esta representação ." -----

-----**5. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 02/AMFCR /2013-2017, Eleição dos representantes dos membros da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Figueira de Castelo Rodrigo - (CPCJ).** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Nós solicitamos ao grupo parlamentar do PSD que indiquem o nome de um representante efetivo e de um suplente uma vez que a oposição também está representada, porque sempre foi assim e vamos respeitar a tradição, e como tal foi proposto o nome da Deputada Municipal Maria da Conceição Laviados Aguilhar como representante efetiva e como representante suplente o nome do Deputado Bruno Miguel Aguilhar Silva. Neste sentido, a proposta que está a ser discutida tem como representantes efetivos as Deputadas Municipais Cristiana Amélia Nunes Mendes, Gisela Maria Dias Bento, Jacinto José Padrão Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão e a Deputada Maria da Conceição Laviados Aguilhar. Como representantes suplentes temos Maria Deolinda Monteiro da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos e o Deputado Municipal Bruno Miguel Aguilhar Silva. Colocada à votação está aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes esta representação . “ -----

-----**6. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 03/AMFCR /2013-2017, Eleição dos representantes dos membros da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo na COMURBEIRAS (futura Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela).** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Nesta proposta temos como efetivos Henrique Manuel Ferreira da Silva, em representação do Partido Socialista e Luís Ricardo Beato Pereira, em representação do Partido Social Democrata, e como suplente José Maria Quadrado Tondela, do Partido Socialista. Colocada à votação está aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes esta representação. É evidente que ainda há mais comissões mas na próxima assembleia trataremos desse assunto, estas é que tinham alguma urgência e foram já resolvidas.” -----

-----**7. Análise, Apreciação e Aprovação da Moção n.º 01/AMFCR/2013-2017, Encerramento das Repartições de Finanças no Distrito da Guarda.** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para nos comunicar eventualmente alguma diligência que tenha feito e quanto ao ponto da situação em que se encontra este processo.” -----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Em relação a esta questão do serviço de finanças, como já referi já tentámos agendar uma audiência com alguma urgência com a Ministra das Finanças, em que ainda não obtivemos qualquer resposta para o dia a agendar, e tudo faremos para que tal aconteça pelo menos temos todo o interesse nisso, e já foi apresentada a moção em reunião de Câmara Municipal para efetivamente articularmos também em conjunto com os outros municípios, no sentido de se fazer aqui alguma força e pressa junto do poder central para se conseguir evitar eventualmente o fecho do serviço de finanças. Naturalmente que nós manifestámos a importância da manutenção do serviço de finanças, e naturalmente que tentaremos junto da tutela dizer exatamente que se o problema é os custos que estão envolvidos com o espaço, nós disponibilizaremos um espaço para a instalação do serviço de finanças. Estamos a aguardar de facto a audiência para depois então manifestarmos a nossa opinião, e aquilo que de facto achamos que será um erro gravíssimo, e mais uma vez aquilo que será um desastre para o interior que já está tão fustigado por certas medidas, e por outras medidas que não são tomadas em prol e em benefício da interioridade, e portanto temos que manifestar o nosso veemente repúdio pelo fecho das finanças. “ -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vamos então apresentar a moção, e como tal vou passar a palavra ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva, que a passará a ler.”

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ -----Moção N.º 01/AMFCR/2013-2017-----

-----Encerramento das Repartições de Finanças no distrito da Guarda-----

-----A Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo em sua sessão extraordinária de 15 de novembro de 2013-----

-----Considerando que o memorando de entendimento celebrado com a Troika e subscrito pelos partidos no poder – PSD e CDS/PP - impunha “*Reduzir o número de serviços desconcentrados ao nível dos ministérios (por exemplo: impostos, segurança social, justiça). Estes serviços deverão ser objeto de fusão em lojas do cidadão, abrangendo uma área geográfica mais alargada e imprimindo um maior desenvolvimento de administração eletrónica durante o período de duração do programa de assistência.*” -----

-----Considerando que a comunicação social deu nota de um alerta do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos que aponta para a intenção do Governo proceder ao “Encerramento de Repartições de Finanças no distrito da Guarda”, onde se elencava o fecho das Repartições/Serviços de Finanças dos concelhos de Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Manteigas, Mêda, Pinhel, Trancoso e Vila Nova de Foz Coa; -----

-----Considerando que a ANMP na sequência de uma resolução aprovada no XX Congresso Extraordinário da associação, realizado a 29 de setembro de 2012, acordou com o Governo a preparação de um estudo sobre a Reorganização dos Serviços Fundamentais para servir como documento de trabalho para futuras negociações, que entregou «em tempo oportuno». -----

-----Considerando que a ANMP em comunicado, destaca que, «face à omissão e inação até ao presente», interpelou «e exigiu já ao Governo que fossem iniciadas as negociações conducentes à abordagem desta temática, pois que a sua posição é «de oposição total e até de alguma indignação porque não participou no processo que deveria ser negocial até à decisão», tendo sido «surpreendida por notícias que indicam o encerramento de dezenas e dezenas de serviços de finanças que põe em causa populações envelhecidas» e em «municípios de fraca densidade populacional». -----

-----Considerando que a concretizar-se esta intenção do Governo de proceder ao encerramento do Serviço de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo será um ataque aos cidadãos do concelho e aos serviços de proximidade ao dispor das populações, que, obrigará os cidadãos a maiores deslocações e resultará na saturação das repartições remanescentes, apenas quatro no distrito; -----

-----Considerando que esta decisão terá consequências redobradas no nosso concelho, que apresenta menor mobilidade e com uma população mais idosa, sendo que são estes quem principalmente recorre presencialmente às repartições; -----

----- Considerando que o fecho do Serviço de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo será negativo até para o comércio local, não só o que circunda as repartições, que beneficia da afluência dos cidadãos a estes serviços, mas também o comércio alimentar (mercearia, supermercado e restauração) e agroalimentar e agropecuário (rações, adubos, ferragens...) da vila; -----

-----Considerando que o fecho do Serviço de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo conduzirá a um ainda maior isolamento e prenúncio de morte natural do concelho e, por conseguinte, do interior do País, já com tão poucos habitantes; -----

-----Considerando que o fecho do Serviço de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo obrigará os já poucos funcionários, e certamente as suas famílias, que procederam a investimentos no concelho, a terem de deslocar-se para outros concelhos/locais, empobrecendo ainda mais este já depauperado território; -----

-----Considerando que o fecho do Serviço de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo obrigará os já poucos funcionários, e certamente as suas famílias, que procederam a investimentos no concelho, a terem de deslocar-se para outros concelhos/locais, empobrecendo ainda mais este já depauperado território; -----

-----Assim, -----

-----A Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo propõe-se-----

-----pugnar pela defesa intransigente da manutenção do Serviço de Finanças de Figueira de Castelo Rodrigo, logo, pela presença no Concelho de um serviço imprescindível aos municípios e desenvolver todos os esforços junto do Ministério das Finanças e do Governo para que este serviço permaneça em Figueira de Castelo Rodrigo, disponibilizando para tal, se assim for necessário, condições físicas/instalações para o funcionamento, nomeadamente no edifício do Tribunal Judicial, no espaço onde, em tempos, funcionou o Cartório Notarial e cujas instalações foram já vistoriadas pelos Serviços de Instalações da ex-DGCI, no sentido de, àquela data, o Serviço de Finanças aí se instalar -----

-----e-----

-----solidarizar-se com os municípios do distrito e do País que pretendam desenvolver ações em defesa da manutenção das Repartições de Finanças nos seus municípios e com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses [ANMP], enquanto legítimo e privilegiado representante dos municípios portugueses, a quem compete a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local. -----

-----Município de Figueira de Castelo Rodrigo, 15 de novembro de 2013. -----

-----A Assembleia Municipal-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vamos abrir um período de discussão sobre esta matéria.” -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “ Em relação às Finanças, como eu costume dizer não são as Finanças é o Tribunal, não é o Tribunal é outro serviço público, isso já é velho e já é hábito neste governo é fecha tudo, provavelmente iremos fechar e vamos lá também para Lisboa para o pé deles pode ser que nos tentem lá a tudo. O que eu espero é o seguinte, em conjunto com estes municípios todos, pedia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que conversando com eles que se conseguisse uma mobilização total nos vários municípios, que era para ver que ainda há algum peso e alguma gente neste interior, porque se for cada um por si não vamos chegar a lado nenhum, pois já sabemos qual é a política instalada, e todos os Deputados sabem o que é que a gente perde ao irem as Finanças e outros serviços embora. Isto em resumo, é uma política que quer acabar com o Interior e que não tenhamos condições de viver aqui. Eu já disse aqui à oposição e porque nós também já fomos oposição, e nestes assuntos Figueira e os figueirenses sempre estiveram acima dos partidos e dos governos, pois nós votámos aqui muitas vezes propostas contra o Partido Socialista e não tivemos problemas nenhuns, portanto o que eu espero é que da oposição que vote conjuntamente naquilo que é contra Figueira e os figueirenses que vote favoravelmente, embora a responsabilidade seja deles, pois se votarem contra, eles é que sabem porque é que votaram contra, e a população cá estará para julgar, mas eu espero que tenham bom senso e eu sei que tem, pois conhecemo-nos todos, e também sei que irão votar esta proposta favoravelmente.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Dizia eu que percebo que haja aqui algum cansaço de falar sobre estes temas, porque infelizmente são recorrentes e já nos cansamos de falar neles porque acima de tudo sentimo-nos impotentes para os resolver, mas a verdade é esta, isso é pacífico, os governantes sejam eles quais forem tem que a perceber que as decisões não podem ser tomadas de uma forma uniforme para o território, pois a gente percebe que haja motivos financeiros e economicistas, mas então demonstrem-nos que fechar um serviço público em zonas do interior é esse o objetivo, aonde é que está demonstrado, não está é impossível, que façam agregações, que fechem nos grandes ciclos, nas grandes metrópoles, enfim existem objetivos que tem de ser respeitados, mas estas decisões em zonas de interior de baixa densidade não prossegue objetivo nenhum que não seja deprimir mais os territórios, pois não há objetivos financeiros, económicos, não se vê que sejam objetivos políticos, porque todos dizem que defendem o interior, não há, por isso há aqui qualquer coisa de masoquista, de dramático que acontece a estes territórios,

a estes territórios, sabendo que, e isso está escrito nas políticas de desenvolvimento regional, apontam como um papel importante os serviços públicos em zonas de interior, como um papel charneira em termos de desenvolvimento regional destes territórios de baixa densidade, e portanto não conseguimos atingir aonde é que está o racional, e quando a gente não atinge o racional de facto há qualquer coisa que a mim desmotiva-me e perturba-me quando não conseguimos alcançar o racional das questões. Portanto esta é mais uma medida que vamos dentro das nossas possibilidades tentar ver se invertemos este ciclo infernal de fechar serviços públicos no território, porque hoje é as Finanças, amanhã será os CTT com a privatização ninguém tenha dúvidas, enfim será um ciclo infernal que vamos atravessar nestes territórios deprimidos, mas vamos tentar estamos cá para isso, foi para isso que nos elegeram para lutarmos por estes interesses, e esta moção é mais uma achega a este sentido de revolta. Vou colocar a moção à votação. Colocada à votação a moção foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Eu penso que deve ser enviada para as várias entidades oficiais, publicada em jornais, pois devemos divulgar o máximo nos órgãos de comunicação e mandar para todas as Assembleias Municipais do Distrito da Guarda, enfim fazer uma divulgação desta nossa posição em todos os sítios que se possível divulgar e ter ressonância." -----

-----**8. Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

-----**a. Correspondência recebida e outra informação.** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Não há correspondência relevante porque alguma dela até já perdeu a validade." -----

-----**C Intervenção do público.** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Não havendo nenhuma intervenção do público e antes de encerrar esta assembleia e agradecer toda a participação que foi aqui trazida, eu pedia de facto ao Senhor Presidente da Câmara, até porque é uma questão que já percebemos que perturba aqui os Deputados e nos perturba a todos, de uma vez por todas na próxima assembleia que será no próximo mês, trazer a situação financeira rigorosa do município, não é apenas aquele apontamento para cumprir calendário que a norma impõem, trazer se possível uma situação rigorosa, em que pode pedir pareceres, para não haver dúvidas quanto a isto, pois nós não podemos viver, ou seja, os cidadãos não podem viver com este alarido, pois um diz que tem três, outro que tem quatro, outro que não tenha nenhum, não pode, a

contabilidade não pode ser de merceeiro, quando há regras contabilísticas que têm de se cumprir, aqui não há volta a dar, temos de ser rigorosos nestas questões, pois acusam os juristas que não são rigorosos, quando isto é uma questão de números e que não é difícil de esclarecer, e por isso Senhor Presidente eu pedia que na ordem de trabalhos da próxima assembleia, para lá da questão da informação da atividade económica e financeira, houvesse um ponto autónomo sobre esta questão e um documento rigoroso sobre esta matéria. Posto isto, esgotámos os trabalhos e dou por encerrada a assembleia, e até à próxima sessão possivelmente no próximo mês, em que faremos a nossa sessão ordinária por causa da aprovação do orçamento. Muito obrigado e até à próxima." -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Otelinda Maria Maldonado Camelo Ferreira, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Feliciano Pereira Martins. -----